



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO



== PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS ==

LEI Nº.920 de 20 de dezembro de 1973

INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO
DE CORDEIRÓPOLIS - S.P.

JOSÉ ALEXANDRE CELOTI, Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

PARTE GERAL

TÍTULO I

Dos Tributos em Geral

CAPÍTULO I

Do Sistema Tributário do Município

Artigo 1º - Este Código dispõe sobre os fatos geradores, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos municipais, e estabelece normas de direito fiscal a eles pertinentes.

Artigo 2º - Integram os Sistema Tributário do Município:

I - Os impostos

- a) predial urbano;
- b) territorial urbano; e,
- c) sobre serviços de qualquer natureza.

II - As taxas

- a) decorrentes das atividades do poder de polícia do Município;
- b) decorrentes de atos relativos à utilização efetiva ou potencial de serviços públicos municipais, específicos e divisíveis.

III - A contribuição de melhoria

CAPÍTULO II

Da Legislação Fiscal

Artigo 3º - Nenhum tributo será exigido ou alterado, nem qualquer pessoa considerada como contribuinte ou responsável pelo cumprimento de obrigação tributária, senão em virtude deste Código ou legislação subsequente.

Artigo 4º - A legislação fiscal entra em vigor na data de sua publicação, salvo as disposições que ~~criem~~ ou majorem tributos, definam novas hipóteses de incidência, extingam ou reduzam isenções, as quais entrarão em vigor a 1º de janeiro do ano seguinte.

Artigo 5º - As tabelas de tributos anexos a este Código serão revistas e publicada integralmente, pelo Poder Executivo, sempre que houverem sido substancialmente alteradas.

CAPÍTULO III

Da Administração Fiscal

Artigo 6º - Todas as funções referentes ao cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposição deste Código, bem como as medidas de prevenção e repressão as fraudes, serão exercidas pelo órgão fazendário e repartição a ele subordinada, segundo o respectivo regulamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 02

Lei nº.920 de 20 de dezembro de 1973 - continuação

Artigo 7º - Os órgãos e servidores incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos, sem prejuízo de rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência técnica aos contribuintes, prestando-lhes esclarecimentos sobre a interpretação e fiel observância da legislação fiscal.

§ 1º - Aos contribuintes é facultado reclamar essa assistência aos órgãos responsáveis.

§ 2º - As medidas repressivas só serão tomadas contra os contribuintes infratores que, dolosamente ou por descaso, lesarem ou tentarem lesar o fisco.

Artigo 8º - O órgão fazendário fará imprimir e distribuir - sempre que necessário, modelos de declarações e de documentos que devem ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Artigo 9º - São autoridades fiscais, para efeito deste Código, as que tem jurisdição e competência definidas em leis e regulamentos.

CAPÍTULO IV

Do Domicílio Tributário

Artigo 10 - Considera-se domicílio tributário do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:

I - tratando-se de pessoa física, o lugar onde habitualmente reside, e, não sendo este conhecido, o lugar onde se encontra a sede principal de suas atividades e negócios;

II - tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, o local de qualquer de seus estabelecimentos;

III - tratando-se de pessoa jurídica de direito público, o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas.

Artigo 11 - O domicílio fiscal será consignado nas petições, guias e outros documentos que os obrigados dirijam ou devam apresentar à Fazenda Municipal.

Parágrafo único - Os inscritos como contribuintes habituais comunicarão toda mudança de domicílio, no prazo de 15 (quinze) dias - contados a partir da ocorrência.

CAPÍTULO V

Das Obrigações Tributárias Acessórias

Artigo 12 - Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão, por todos os meios a seu alcance, o lançamento, a fiscalização e cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, - ficando especialmente obrigados:

I - Apresentar declarações e guias, e a escritura em livros próprios os fatos geradores de obrigação tributária, segundo as normas deste Código e dos regulamentos fiscais;

II - Comunicar à Fazenda Municipal, dentro de 15 (quinze) dias, contados a partir da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir obrigações tributárias;

III - Conservar e apresentar ao Fisco, quando solicitado, - qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;

IV - Prestar, sempre que solicitados pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo do fisco, se referirem a fato gerador de obrigação tributária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 03

Lei nº.920 de 20 de dezembro de 1973 - continuação

Parágrafo único - Mesmo no caso de isenção, ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento do disposto neste artigo.

Artigo 13 - O fisco poderá requisitar a terceiros, e estes ficam obrigados a fornecer-lhe, todas as informações e dados referentes a fatos de obrigação tributária, para as quais tenham contribuído ou - que devam conhecer, salvo quando, por força de lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a esses fatos.

§ 1º - As informações obtidas por força deste artigo, tem caráter sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interesses fiscais da União, do Estado e deste Município.

§ 2º - Constitui falta grave, punível nos termos do Estatuto dos funcionários municipais, a divulgação de informações obtidas no exame de contas ou documentos exibidos.

CAPÍTULO VI

Do Lançamento

Artigo 14 - Lançamento é o procedimento privativo da autoridade administrativa municipal, destinado a constituir o crédito tributário mediante a verificação da ocorrência da obrigação tributária - correspondente a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido, a identificação do contribuinte, e sendo o caso, aplicação da penalidade cabível.

Artigo 15 - O ato do lançamento é vinculado e obrigatório sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário previstas neste Código.

Artigo 16 - O lançamento reportar-se-á à data em que haja surgido a obrigação tributária principal e rege-se pela legislação então vigente, ainda que posteriormente modificado ou revogado.

§ 1º - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente ao nascimento da obrigação haja instituídos novos critérios de apuração de base de cálculo, estabelecidos novos métodos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado maiores garantias e privilégios à Fazenda Municipal, exceto, no ultimo caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos tributos lançados por períodos certos de tempo, desde que haja fixada expressamente a data em que o fato gerador deva ser considerado para efeito de lançamento.

Artigo 17 - Os atos formais relativos ao lançamento dos tributos ficarão a cargo do órgão fazendário competente.

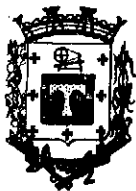
Parágrafo único - A omissão ou erro de lançamento não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal, nem de qualquer modo lhe aproveita.

Artigo 18 - O lançamento efetuar-se-á com base nos dados constantes do Cadastro Fiscal e nas declarações apresentadas pelos contribuintes na forma e nas épocas estabelecidas neste código e em regulamento.

Parágrafo único - As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e à verificação do montante do crédito tributário correspondente.

Artigo 19 - Far-se-á o lançamento de ofício, com base nos elementos disponíveis.

I - quando o contribuinte ou o responsável não houver prestado declaração, ou a mesma apresentar-se inexata, por serem fal-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 04

Lei nº.920 de 20 de dezembro de 1973 - continuação

sos ou errôneos os fatos consignados;

II - quando, tendo prestado declaração, o contribuinte ou responsável deixar de atender, satisfatoriamente no prazo e na forma legal, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa.

Artigo 20 - Com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e de determinar com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, a Fazenda Municipal poderá:

I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária;

II - fazer inspeções nos locais e estabelecimentos onde se exercerem as atividades sujeitas a obrigações tributárias ou nos bens ou serviços que constituem matéria tributável;

III - exigir informações e comunicações escritas ou verbais;

IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer as repartições fiscais;

V - requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial quando indispensável à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos objetos e livros dos contribuintes e responsáveis.

Parágrafo único - Nos casos a que se refere o número V deste artigo, os funcionários lavrarão termo de diligência, do qual constarão especificamente os elementos examinados.

Artigo 21 - O lançamento e suas alterações serão comunicados aos contribuintes mediante notificação direta feita por meio de aviso, para servir como guia de pagamento, ou, quando impossível, fazendo por falta de elementos, através de edital afixado na Prefeitura ou por publicação em jornal local ou regional.

Artigo 22 - Far-se-á revisão de lançamento sempre que se verificar erro na fixação da base tributária, ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apurados diretamente pelo fisco.

Artigo 23 - Os lançamentos efetuados de ofício ou do lançamento de arbitramento, só poderão ser revistos em face da superveniência de prova irreversível que modifique a base de cálculo utilizada no lançamento anterior.

Artigo 24 - É facultado aos prepostos da fiscalização de arbitramento de bases tributárias quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente.

Artigo 25 - O Município poderá instituir livros e registros obrigatórios de tributos municipais, a fim de apurar os seus fatos geradores e bases de cálculo.

Artigo 26 - Independentemente do controle de que trata o artigo anterior, poderá ser adotada a apuração ou verificação diária no próprio local da atividade, durante determinado período, quando houver dúvida sobre a exatidão do que for declarado para efeito de base de cálculo, dos tributos de competência do Município.

CAPÍTULO VII

Da Cobrança e do Recolhimentos dos Tributos

Artigo 27 - A cobrança dos tributos far-se-á:-

I - para pagamento à boca do cofre;

II - por procedimento amigável;

III - mediante ação executiva.

continua . . .



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 05

Lei nº.920 de 20 de dezembro de 1973 - continuação

§ 1º - A cobrança para pagamento à boca do cofre far-se-á pela forma e nos prazos estabelecidos neste Código e nos regulamentos fiscais.

§ 2º - Expirado o prazo para pagamento à boca do cofre ficam os contribuintes sujeitos a multa de 20% (vinte por cento) acrescidas de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano contados por mês ou fração, sobre a importância devida, até seu pagamento.

§ 3º - Aos créditos fiscais do Município, aplicam-se normas de correção monetária sobre tributos e penalidades devidos ao Fisco Municipal, nos termos da Legislação Federal.

Artigo 28 - Nenhum recolhimento de tributo será efetuado sem que se expeça a competente guia ou conhecimento.

Artigo 29 - Nos casos de expedição fraudulenta de guias - ou conhecimento, responderão, civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscritos ou fornecido.

Artigo 30 - Pela cobrança menor de tributo responde, perante a Fazenda Municipal, solidariamente, o servidor culpado, cabendo-lhe direito regressivo contra o contribuinte.

Artigo 31 - Não se procederá contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo, que, posteriormente, venha a ser modificada a jurisprudência.

Artigo 32 - O Executivo poderá contratar com estabelecimentos de crédito, com sede, agência ou escritório no Município, o recebimento de tributos, segundo normas especiais baixadas para esse fim.

CAPÍTULO VIII

Da Restituição

Artigo 33 - O Contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:-

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face desse Código, ou de natureza ou das circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido.

II - erro na identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do tributo, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Artigo 34 - A restituição total ou parcial de tributos - abrangerá também, na mesma proporção, os juros de mora e as penalidades pecuniárias salvo as referentes a infração de caráter formal, que não devam reputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

Artigo 35 - O direito de pleitear a restituição de imposto, taxa, contribuição de melhoria ou multa, extingue-se com o decurso do prazo de 1 (um) ano contado:

I - nas hipóteses previstas nos números I e II do artigo 33 da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese prevista no número III do artigo 33 da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa, ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Artigo 36 - Quando se tratar de tributos e multas indevidamente arrecadados, por meios de erros cometidos pelo Fisco, ou pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 06

Lei nº.920 de 20 de dezembro de 1973 - continuação

contribuinte regularmente apurado, a restituição será feita de ofício, mediante determinação da autoridade competente em representação formulada pelo órgão fazendário e devidamente processada.

Artigo 37 - O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou de documentos, quando isso se torne necessário à verificação da procedência da medida, a juízo da administração.

Artigo 38 - Os processos de restituição serão obrigatoriamente informados, antes de receberem despachos, pela repartição competente que houver arrecadado os tributos e as multas, reclamados total ou parcialmente.

CAPÍTULO IX

Da prescrição

Artigo 39 - O direito de proceder ao lançamento de tributos, assim como a revisão, prescreve em cinco anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento deveria ter sido efetuado.

Parágrafo único - O decurso do prazo estabelecido neste artigo interrompe-se pela notificação ao contribuinte de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento ou à sua revisão, começando de novo a correr da data em que se operou a notificação.

Artigo 40 - As dívidas provenientes de tributos prescrevem em 5 (cinco) anos, a contar do término do exercício dentro do qual aqueles se tornarem devidos, a dívida ativa inferior a 0,1 (um décimo) do salário mínimo local prescreve, porém em dois anos, contados do prazo de vencimento, se prefixado e, no caso contrário, da data em que foi inscrita.

Artigo 41 - Interrompe-se a prescrição da dívida fiscal:

I - por qualquer intimação ou notificação feita ao contribuinte, por repartição ou funcionário fiscal, para pagar a dívida;

II - pela concessão de prazos especiais para esse fim;

III - pelo despacho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento;

IV - pela apresentação do documento comprobatório da dívida, em juízo de inventário ou concurso de credores.

Artigo 42 - Cessa em 5 (cinco) anos o poder de aplicar ou cobrar multas por infração a este Código, exceto nos casos de quantia inferior a 0,1 (um décimo) do salário mínimo local, em que o prazo será de 2 (dois) anos.

CAPÍTULO X

Das imunidades e Isenções

Artigo 43 - Os impostos municipais não incidem sobre:

I - o patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estado, do Distrito Federal e de outros Municípios;

II - templos de qualquer culto;

III - o patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei complementar.

§ 1º - O disposto no número X deste artigo é extensivo às autarquias tão somente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes.

§ 2º - O disposto neste artigo é extensivo aos serviços públicos concedidos pela União, quando a isenção geral for por ela :



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 07

Lei nº. 920 de 20 de dezembro de 1973 - continuação
instituída.

§ 3º - A imunidade tributária de bens imóveis dos templos se restringe àqueles destinados ao exercício do culto.

§ 4º - As instituições de educação e assistência social, - somente gozarão da imunidade mencionada no número III, deste artigo, - quando se tratar de sociedade civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos.

Artigo 44 - São isentas de impostos municipais as atividades individuais de pequeno rendimento, destinadas, exclusivamente ao sustento de quem as exerce, ou de sua família e como tais definidas - em regulamento.

Artigo 45 - A concessão de outras isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município; - não poderá ter caráter pessoal e dependerá de lei aprovada por 2/3 - (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.

§ 1º - Entende-se como favor pessoal não permitido, a concessão de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

§ 2º - As isenções estão condicionadas à renovação anual e serão reconhecidas por ato do Prefeito, sempre a requerimento do interessado.

Artigo 46 - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para concessão, ou desaparecimento das condições que a motivarem, será a isenção obrigatoriamente cancelada.

Artigo 47 - As imunidades e isenções não abrangem as taxas e a contribuição de melhoria, salvo as exceções expressamente estabelecidas neste Código.

CAPÍTULO XI

Dos Débitos Fiscais

SEÇÃO I

Da Dívida Ativa

Artigo 48 - Constitui dívida ativa do Município, a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo normal fixado para pagamento, ou por decisão final preferida em processo regular.

Artigo 49 - Para todos os efeitos legais, considera-se como inscrita a dívida registrada em ~~livros~~ ou formulários especiais na repartição competente da Prefeitura.

Artigo 50 - Encerrado o exercício financeiro, a repartição competente providenciará, imediatamente, a inscrição dos débitos fiscais por contribuinte.

Parágrafo único - Independentemente, porém, do término do exercício financeiro, os débitos fiscais não pagos em tempo hábil poderão ser inscritos no livro próprio da Dívida Ativa Municipal.

Artigo 51 - O município comunicará diretamente ao contribuinte devedor, a origem e o valor da dívida, ou na impossibilidade, - fará publicar no seu órgão oficial, ou pelos meios habituais no 30 - (trinta) dias subsequentes à inscrição, relação contendo:-

I - nome e endereço dos devedores;

II - origem da dívida e seu valor.

Parágrafo único - Dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da comunicação ou publicação da relação, será feita a cobrança amigável da Dívida Ativa, depois de que a Prefeitura encaminhará para a -



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 08

Lei nº. 920 de 20 de dezembro de 1973 - continuação

cobrança judicial à medida que forem sendo extraídas as certidões relativas aos débitos.

Artigo 52 - O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor, e, sendo o caso, os dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou residência de um ou de outros;

II - a origem e a natureza do crédito fiscal, mencionando a lei tributária respectiva;

III - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

IV - a data em que foi inscrita;

V - o número do processo administrativo de que se origina o crédito fiscal, sendo o caso.

Parágrafo único - A certidão devidamente autenticada, conterá além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição, ou referência ao formulário específico.

Artigo 53 - Serão cancelados, mediante despacho do Prefeito, os débitos fiscais:

I - legalmente prescritos;

II - de contribuintes que hajam falecido sem deixar bens que expressem valor.

Parágrafo único - O cancelamento será determinado de ofício ou a requerimento de pessoa interessada, desde que fiquem comprovadas a morte do devedor e a inexistência de bens, ouvidos os órgãos fazendários e jurídico da Prefeitura.

Artigo 54 - As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, serão reunidas em um só processo.

Artigo 55 - As certidões da dívida ativa, para a cobrança judicial, deverão conter os elementos mencionados no artigo 52 deste Código.

Artigo 56 - O recebimento de débitos fiscais constantes de certidões já encaminhadas para cobrança executiva, será feita exclusivamente à vista de guia em duas vias, expedida pelos escrivães ou advogados, com o visto do órgão jurídico da Prefeitura, incumbido da cobrança judicial da dívida.

Parágrafo único - A partir da data da publicação da relação, começará a fluir o prazo de 30 (trinta) dias para a cobrança por procedimento amigável; decorrido esse prazo, ajuizar-se-á a competente ação executiva.

Artigo 57 - As guias, que serão datadas e assinadas pelo emitente, conterão:-

I - o nome do devedor e seu endereço;

II - o número da inscrição da dívida;

III - a importância total do débito e o exercício ou período a que se refere;

IV - a multa, os juros de mora e a correção monetária a que estiver sujeito o débito;

V - as custas judiciais.

Artigo 58 - Ressalvados os casos de autorização legislativa, não se efetuará o recebimento de débitos fiscais inscritos na dívida ativa com dispensa da multa, dos juros de mora e da correção monetária.

Parágrafo único - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância do disposto neste artigo, é o funcionário responsável obrigado além da pena disciplinar a que estiver sujeito, a recolher aos cofres

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 09

Lei Municipal nº. 920 de 20 de dezembro de 1973 - continua cão ...

do Município o valor da multa, dos juros de mora e da correção monetária que houver dispensado.

Artigo 59 - O disposto no artigo anterior aplicar-se, também, ao servidor que reduzir graciosa, ilegal ou irregularmente, o montante de qualquer débito fiscal inscrito na dívida ativa, com ou sem autorização superior.

Artigo 60 - É solidariamente responsável com o servidor, quanto a reposição das quantias relativas à redução, à multa e aos juros de mora, e a correção monetária mencionados nos dois artigos anteriores, a autoridade superior que autorizar ou determinar aquelas concessões, salvo se o fizer em cumprimento do mandado judicial.

Artigo 61 - Excepcionalmente, a critério do Prefeito, será permitida a cobrança amigável da dívida ativa, em prestações mensais, não superiores a 10 (dez) parcelas.

Artigo 62 - Encaminhada a certidão da dívida ativa para a cobrança amigável ou executiva, cessará a competência do órgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe, entretanto, prestar as informações solicitadas pelo órgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciárias.

CAPÍTULO XII

Das Penalidades

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 63 - Sem prejuízo das disposições relativas a infrações e penas constantes de outras leis e códigos municipais, as infrações e este Código serão punidas com as seguintes penas:

I--multa;

II--proibição de transacionar com as repartições municipais;

III--sujeição a regime especial de fiscalização;

IV--suspensão ou cancelamento de isenção de tributos.

Artigo 64 - A aplicação de penalidade de qualquer natureza, de caráter civil, criminal ou administrativo, e o seu cumprimento, em caso algum dispensam o pagamento do tributo devido e das multas, de correção monetária e dos juros de mora.

Artigo 65 - Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com interpretação fiscal constantes de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que posteriormente, venha a ser modificada essa interpretação.

Artigo 66 - A omissão do pagamento de tributo e a fraude fiscal serão apurados mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos termos deste Código.

§ 1º - Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuser de elementos convicentes em razão dos quais se possa admitir involuntária a emissão do pagamento.

§ 2º - Em qualquer caso, considerar-se-á como fraude a reincidência na omissão de que trata este artigo.

§ 3º - Conceitua-se também como fraude e não pagamento do tributo, tempestivamente, quando o contribuinte o deve recolher a seu próprio requerimento, formulado este antes de qualquer diligência fiscal e desde que a negligência perdure após decorridos 8 (oito) dias contados da data de entrada desse requerimento na repartição arrecadora competente.

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 10

Lei Municipal nº 920 de 20 de dezembro de 1973 - continuação . . .

Artigo 67 - A co-autoria e a cumplicidade, nas infrações ou tentativa de infração aos dispositivos deste Código, implica aos que a praticarem, e seus autores, responderem solidariamente pelo pagamento do tributo devido, ficando sujeitos às mesmas penas fiscais.

Artigo 68 - Apurando-se, no mesmo processo, infração de mais de uma disposição deste Código pela mesma pessoa, será aplicada somente a pena correspondente à infração mais grave.

Artigo 69 - Apurada a responsabilidade de diversas pessoas, não vinculadas pela co-autoria ou cumplicidade, impor-se-á a cada uma delas a pena relativa à infração que houver cometido.

Artigo 70 - A sanção às infrações das normas estabelecidas neste Código, será no caso de reincidência, agravada de 30% (trinta por cento).

Parágrafo único - Considera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica, depois de transitada em julgado, administrativamente, decisão condenatória referente à infração anterior.

Artigo 71 - A aplicação da multa não prejudicará a ação criminal que, no caso, couber.

SEÇÃO II

Das multas

Artigo 72 - As multas serão aplicadas gradualmente.

Parágrafo único - Na aplicação da multa, e para graduá-la ter-se-á em vista:

- a) a maior ou menor gravidade da infração;
- b) as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- c) os antecedentes do infrator com relação às disposições deste Código e regulamentos municipais.

Artigo 73 - É passível de multa de 10% a 30% (dez a trinta por cento) do salário mínimo local o contribuinte ou responsável - que:-

I - Iniciar atividades ou praticar ato sujeito à taxa de licença, antes da concessão desta;

II - Deixar de fazer a inscrição, no Cadastro Fiscal da Prefeitura, de seus bens ou atividades sujeitos à tributação municipal;

III - Apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitos à tributação municipal, com omissões aos bens e atividades sujeitos à tributação municipal;

IV - Deixar de comunicar, dentro dos prazos previstos, as alterações ou baixas que causam modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;

V - Deixar de apresentar, dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou bases de cálculo dos tributos municipais;

VI - Deixar de remeter à Prefeitura, sendo obrigado a fazê-lo, documento exigido por lei ou regulamento fiscal;

VII - Negar-se a exibir livros e documentos da escrita fiscal que interessar à fiscalização.

Artigo 74 - É passível de multa de 30 a 50% (trinta a cinquenta por cento) do salário mínimo local, o contribuinte ou responsável que:

I - Inscrever-se na Prefeitura fora do prazo legal ou regulamentar;

II - Negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentar dificultar ou impedir a ação dos agentes do Fisco -



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 11

Lei Municipal nº.920 de 20 de dezembro de 1973 - continuação

a serviço dos interesses da Fazenda Municipal;

III - Deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida neste Código ou em regulamento a ele referente.

Artigo 75 - As multas de que tratam os artigos anteriores serão aplicadas sem prejuízo de outras penalidades por motivo de fraude ou sonegação de tributos.

Artigo 76 - Ressalvadas as hipóteses do artigo 90 deste Código, serão punidos com:

I - Multa de importância igual ao valor do tributo, nunca inferior, porém, a 10% (dez por cento) do salário mínimo local, aos que cometerem infração capaz de elidir o pagamento do tributo, no todo ou em parte, uma vez regularmente apurada a falta e se não ficar prova da existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

II - Multa de importância igual a duas vezes o valor do tributo, mas nunca inferior a 10% (dez por cento) do salário mínimo local, aos que sonegarem, por qualquer forma, tributos devidos, se apurada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

III - Multa de 20 a 50% (vinte a cinquenta por cento) do salário mínimo local;

a) - aos que viciarem ou falsificarem documentos ou escrituração de seus livros fiscais e comerciais, para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do tributo;

b) - aos que instruírem pedidos de isenção ou redução de imposto, taxa ou contribuição de melhoria, com documento falso ou que contenha falsidade.

§ 1º - As penalidades a que se refere o número III serão aplicadas nas hipóteses em que não se puder efetuar o cálculo pela forma dos números I e II.

§ 2º - Considera-se consumada a fraude fiscal, nos casos do número III, mesmo antes de vencidos os prazos de cumprimento das obrigações tributárias.

§ 3º - Salvo prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas:

a) - contradição evidente entre os livros e documentos da escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais;

b) - manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;

c) - remessa de informes e comunicações falsas ao Fisco com respeito aos fatos geradores e à base de cálculo de obrigação tributária;

d) - emissão de lançamento nos livros, fichas, declarações ou guias, de bens e atividades que constituam fatos geradores de obrigações tributárias.

SEÇÃO III

Da Proibição de Transacionar com as Repartições Municipais

Artigo 77 - Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração do Município.

SEÇÃO IV

Da Sujeição a Regime Especial de Fiscalização

Artigo 78 - O contribuinte que houver cometido infração punida em grau máximo, ou reincidir na violação das normas estabelecidas neste Código e em regulamentos municipais, poderá ser submetido a regim

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 11

Lei Municipal nº.920 de 20 de dezembro de 1973 - continuação . . .
me especial de fiscalização.

Artigo 79 - O regime especial de fiscalização de que trata este capítulo será definido em regulamento.

SEÇÃO V

Da Suspensão ou Cancelamento de Isenções

Artigo 80 - Todas as pessoas físicas ou jurídicas que gozam de isenção de tributos municipais e infringirem disposições deste Código ficarão privadas, por um exercício, da sua concessão e, no caso de reincidência, dela privadas definitivamente.

§ 1º - A pena de privação definitiva de isenção só se declarará nas condições previstas no parágrafo único do artigo 70 deste Código.

§ 2º - As penas previstas neste artigo serão aplicadas em face de representação neste artigo devidamente comprovada, feita em processo próprio, depois de aberta defesa ao interessado, nos prazos legais.

SEÇÃO VI

Das Penalidades Funcionais

Artigo 81 - Serão punidas com multa equivalente a dois dias do respectivo vencimento ou remuneração:

I - os funcionários que se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando por este solicitada na forma deste Código;

II - os agentes fiscais que, por negligência ou má fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais de forma a lhes acarretar nulidade.

Artigo 82 - As multas serão impostas pelo Prefeito, mediante representação de autoridade fazendária competente, se de outro modo, não dispuser o Estatuto dos Funcionários Municipais.

Artigo 83 - O pagamento da multa decorrente do processo fiscal se tornará exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impôs.

TÍTULO II

Do Processo Fiscal

CAPÍTULO I

Das medidas Preliminares e Incidentes

Seção I

Dos Termos de Fiscalização

Artigo 84 - A autoridade ou funcionário fiscal que presidir ou proceder a exames e diligências, fará ou lavrará, sob sua assinatura, termo circunstanciado do que apurar, do qual constará, além do mais que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.

§ 1º - O termo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração, ainda que aí, não resida o fiscalizado ou infrator, e poderá ser datilografado ou impresso em relação as palavras rituais, devendo os claros ser preenchidos a mão e inutilizadas as entrelinhas em branco.

§ 2º - Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do termo autenticada pela autoridade, contra recibo no original.

§ 3º - A recusa do recibo, que será declarada pela autoridade, não aproveita ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.

§ 4º - Os dispositivos do parágrafo anterior são aplicá-

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 12

Lei Municipal nº.920 de 20 de dezembro de 1973 - continuação . . .

vêms extensivamente, aos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvadas as hipóteses dos incapazes definidos pela lei civil.

SEÇÃO II

Da apreensão de Bens e Documentos

Artigo 85 - Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias ou documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou prestação de serviços, do contribuinte, responsável ou de terceiros, ou em outros lugares, ou em trânsito que constituam prova material de infração tributária, estabelecidas - neste código ou em regulamento.

Parágrafo único - Havendo prova, ou fundada suspeita, de que as coisas se encontram em residências particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Artigo 86 - Da apreensão lavrar-se-á auto, com os elementos do auto de infração, observado-se, no que couber, o disposto no artigo 97 deste Código.

Parágrafo único - O auto de apreensão conterá a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.

Artigo 87 - Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia de inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não se ja indispensável a esse fim.

Artigo 88 - As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pelas autoridades competente, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Parágrafo único - Em relação à matéria deste artigo, aplica-se, no que couber, o disposto nos artigos 121 a 123 deste Código.

Artigo 89 - Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de apreensão, serão os bens levados a hasta pública ou leilão.

§ 1º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública ou o leilão poderá realizar-se no próprio dia da apreensão, ou, na impossibilidade, distribuídos a entidades de Assistência Social.

§ 2º - Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo e à multa devidos, será o autuado notificado, no prazo de 5 (cinco) dias, para receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

SEÇÃO III

Da notificação preliminar

Artigo 90 - Verificando-se omissão não dolosa de pagamento de tributos, ou qualquer infração de lei ou regulamento, de que possa resultar evasão de receita, será expedida contra o infrator notificação preliminar para que no prazo de 8 (oito) dias, regularize a situação.

§ 1º - Esgotado o prazo de que trata este artigo, sem que

continua . . .



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 13

Lei Municipal nº.920 de 20 de dezembro de 1973 - continuação

o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração.

§ 2º - Lavrar-se-á, igualmente, auto de infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar.

Artigo 91 - A notificação preliminar será feita em fórmula destacada de talonário próprio, no qual ficará cópia a carbono, com o "ciente" do notificado, e conterá os elementos seguintes:-

- I - nome do notificado;
- II - local, dia e hora da lavratura;
- III - descrição do fato que a motivou e indicação do dispositivo legal de fiscalização, quando couber;
- IV - valor do tributo e da multa devidos;
- V - assinatura do notificante.

Parágrafo único - Aplicam-se a este artigo as disposições constantes dos parágrafos 1º a 4º do artigo 84.

Artigo 92 - Considera-se convencido do débito fiscal o contribuinte que pagar o tributo mediante notificação preliminar, da qual não caiba recurso ou defesa.

Artigo 93 - Não caberá notificação preliminar, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

- I - Quando for encontrado no exercício da atividade tributável, sem prévia inscrição;
- II - Quando houver provas de tentativa para eximir-se ou furtar-se ao pagamento do tributo;
- III - Quando fôr manifesto o animo de sonegar;
- IV - Quando incidir em nova falta de que poderia resultar evasão da receita, antes de decorrido um ano, contado da última notificação preliminar.

SEÇÃO IV

Da Representação

Artigo 94 - Quando incompetente para notificar preliminarmente ou para autuar, o agente da Fazenda Municipal deve, e qualquer pessoa pode, representar contra toda ação ou omissão contrária a disposição deste Código ou de outras leis e regulamentos fiscais.

Artigo 95 - A representação far-se-á em petição assinada e mencionará em letra legível, o nome, a profissão e o endereço de seu autor; será acompanhada de provas ou indicará os elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão dos quais se tornou conhecida a infração.

Parágrafo único - Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade.

Artigo 96 - Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade e, conforme couber, notificará preliminarmente o infrator, autuá-lo-á ou arquivará a representação.

CAPÍTULO II

Dos Atos Iniciais

SEÇÃO I

Do auto de Infração

Artigo 97 - O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 14

Lei Municipal nº.920 de 20 de dezembro de 1973 - continuação

I - mencionar o local, o dia e hora da lavratura;

II - referir-se ao nome do infrator e das testemunhas, se houver;

III - descrever o fato que constituiu a infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e fazer referencia no termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando fôr o caso;

IV - Conter intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos.

§ 1º - As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação de infração e do infrator.

§ 2º - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica confissão, nem a recusa agravará a pena.

§ 3º - Se o infrator, ou quem o representa, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção dessa circunstância.

Artigo 98 - O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de apreensão, e então conterà também, os elementos deste artigo. (artigo 86 - parágrafo único).

Artigo 99 - Da lavratura do auto será intimado o infrator:

I - Pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao autuado seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II - Por carta, acompanhada de cópia do auto, com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio.

III - Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio tributário do infrator.

Artigo 100- A intimação presume-se feita:

I - quando pessoal, na data do recibo;

II - quando por carta, na data do recibo de volta, e se for esta omitida, 15 (quinze) dias, após a entrada da carta do correio;

III - quando por edital, no termo do prazo, contado este, da data da afixação ou da publicação.

Artigo 101- As intimações subsequentes à inicial far-se-ão pessoalmente, caso em que serão certificadas no processo, e por carta ou edital, conforme as circunstâncias, observado o disposto nos artigos 99 e 100 deste Código.

SEÇÃO II

Das Reclamações Contra Lançamento

Artigo 102 - O contribuinte que não concordar com o lançamento poderá reclamar no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação no órgão oficial, da afixação de edital ou do recebimento do aviso.

Artigo 103 - A reclamação contra lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Artigo 104 - É cabível a reclamação por parte de qualquer pessoa, contra a omissão ou exclusão do lançamento.

Artigo 105 - A reclamação contra lançamento terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos lançados.

CAPÍTULO III

Da Defesa

Artigo 106 - O autuado apresentará defesa no prazo de 30 -
continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 15

Lei Municipal nº.920 de 20 de dezembro de 1973 - continuação . . .
(trinta) dias contados da intimação.

Artigo 107 - A defesa do autuado será apresentada por petição à repartição por onde correr o processo, contra recibo. Apresentada a defesa, terá o autuante prazo de 15 (quinze) dias para impugna-la.

Artigo 108 - Na defesa, o autuado alegará toda a matéria - que entender útil, indicará e requererá as provas que pretende produzir, juntará logo as que constarem de documentos e, sendo o caso, - arrolará testemunhas, até o máximo de 3 (três).

Artigo 109 - Nos processos iniciados mediante reclamação - contra lançamentos, será dada vistas ao funcionário da repartição competente para aquela operação, a fim de instruí-lo convenientemente, - no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que receber o processo.

CAPÍTULO IV Das provas

Artigo 110 - Findos os prazos a que se referem os artigos 106 e 107 deste Código, o dirigente da repartição responsável pelo - lançamento deferirá, no prazo de 15 (quinze) dias, a produção das provas que não sejam manifestamente inúteis ou proletrias, ordenará a - produção de outras que entender necessárias, e fixará o prazo não superior a 30 (trinta) dias em que devam ser produzidas.

Artigo 111 - As perícias deferidas competirão ao perito de signado pela autoridade competente, na forma do artigo anterior, quando requeridas pelo autuante, ou nas reclamações contra lançamento pelo funcionário da Fazenda, ou quando ordenada de ofício, poderão ser atribuídas a agente de fiscalização.

Artigo 112 - Ao autuado e ao autuante será permitido, sucessivamente, reinquirir as testemunhas; do mesmo modo, ao reclamante e ao impugnante, nas reclamações contra lançamento.

Artigo 113 - O autuado e o reclamante poderão participar das diligências, e as alegações que formularem serão juntadas ao processo ou constarão de termo da diligência, para serem apreciadas no julgamento.

Artigo 114 - Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições da Fazenda Pública, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou funcionários.

CAPÍTULO V

Da Decisão em Primeira Instância

Artigo 115 - Findo o prazo para a produção de provas, ou perempto e direito de apresentar a defesa, o processo será presente à autoridade julgadora, que proferirá decisão, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º - Se entender necessário, a autoridade poderá, no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao autuado e ao autuante, ou ao reclamante e o impugnante, por 5 (cinco) dias a cada um, para alegações finais.

§ 2º - Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de 15 (quinze) dias, para proferir a decisão.

§ 3º - A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

§ 4º - Não se considerando habilitada a decidir, a autoridade poderá converter o julgamento em diligências e determinar a pro-

continua



Lei Municipal nº.920 de 20 de dezembro de 1973 - continuação . . .

dução de novas provas, observando o disposto no Capítulo IV e prosseguindo-se na forma deste Capítulo, na parte aplicável.

Artigo 116 - A decisão, redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela procedência ou improcedência do auto de infração - ou da reclamação contra lançamento, definido expressamente os seus efeitos, num e noutro caso.

Artigo 117 - Não sendo proferida decisão no prazo legal, - nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora julgado procedente o auto de infração ou improcedente a reclamação contra o lançamento, cessando com a interposição de recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

CAPÍTULO VI

Dos Recursos

SEÇÃO I

Do Recurso Voluntário

Artigo 118 - De decisão em primeira instância caberá recurso voluntário para o Prefeito, interposto no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da notificação da decisão, à pessoa autuada ou reclamante, ao funcionário autuante ou que houver instruído o processo de reclamação contra lançamento.

Artigo 119 - É vedado reunir em uma só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuintes, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

SEÇÃO II

Da Garantia de Instância

Artigo 120 - Nenhum recurso voluntário interposto pelo autuando ou reclamante será encaminhado ao Prefeito sem o prévio depósito das quantias exigidas, extinguindo-se o direito do recorrente que não efetuar o depósito no prazo legal.

Parágrafo único - São dispensados de depósito os servidores públicos que recorrerem de multas impostas com fundamento no artigo 82 deste Código.

Artigo 121 - Quando a importância total do litígio exceder de duas vezes o salário-mínimo local, se permitirá a prestação de fiança para interposição do recurso voluntário, requerida no prazo a que se refere o artigo 118 deste Código.

§ 1º - A fiança prestar-se-á mediante indicação de fiador idôneo, a juízo da Administração, ou pela caução de título da dívida pública.

§ 2º - Ficará anexado ao processo o requerimento que indicar fiador, com a expressa aquiescência deste e, se for casado, também de sua mulher, sob pena de indeferimento.

§ 3º - A fiança mediante caução far-se-á no valor dos tributos e multas exigidos e pela cotação dos títulos no mercado, devendo o recorrente declarar no requerimento que se obriga a efetuar o pagamento do remanescente da dívida, no prazo de 8 (oito) dias, contados da notificação, e o produto da venda dos títulos não for suficiente para a liquidação do débito.

Artigo 122 - Julgado inidôneo o fiador, poderá o recorrente, depois de intimado e dentro do prazo igual ao que restava quando protocolado o requerimento da prestação de fiança, oferecer outro fiador, indicando os elementos comprovantes da idoneidade do mesmo.

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 17

Lei Municipal nº.920 de 20 de dezembro de 1973 - continuação . . .

Parágrafo único - Não se admitirá como fiador o sócio solitário, quotista ou comanditário da firma recorrente nem o devedor da Fazenda Municipal.

Artigo 123 - Recusados dois fiadores, será o recorrente intimado a efetuar o depósito, dentro de 5 (cinco) dias, ou de prazo igual ao que lhe restava, quando protocolado o segundo requerimento de prestação de fiança, se este prazo for maior.

SEÇÃO III

Do Recurso do Ofício

Artigo 124 - Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração, será obrigatoriamente, interposto recurso de ofício ao Prefeito, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder de duas vezes o salário mínimo local.

Parágrafo único - Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando couber a medida, cumpre ao funcionário que subscreveu a inicial do processo, ou que de fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

CAPÍTULO VII

Da Execução das Decisões Fiscais

Artigo 125 - As decisões definitivas serão cumpridas:

I - pela notificação do contribuinte e, quando for o caso, também do seu fiador, para, no prazo de 10 (dez) dias, satisfazerem ao pagamento do valor da condenação e, em consequência, receberem os títulos depositados em garantia da instância;

II - pela notificação do contribuinte para vir receber importância recolhida indevidamente como tributo ou multa;

III - pela notificação do contribuinte para vir receber ou, quando for o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada em garantia da instância.

IV - pela notificação do contribuinte para vir receber ou, quando for o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e o produto da venda dos títulos caucionados, quando não satisfeito o pagamento no prazo legal;

V - pela liberação das mercadorias apreendidas e depositadas, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação, com fundamento no artigo 89 e seus parágrafos, deste código;

VI - pela imediata inscrição, como dívida ativa, e remessa da certidão à cobrança executiva, dos débitos a que se referem os números I, III, e IV, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

Artigo 126 - A venda de títulos da dívida pública aceitos em caução não se realizará abaixo da cotação; em deduzidas as despesas legais da venda, inclusive taxa oficial de corretagem, proceder-se-á em tudo e que couber, de acordo com o artigo 125 número IV, e com o § 3º do artigo 121, deste Código.

continua . . .



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO continuação. . . .



TITULO III

Do Cadastro Fiscal

CAPITULO I

Disposições Gerais

Artigo 127 - O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:

- I - o Cadastro Imobiliário;
- II - o Cadastro de Estabelecimentos Produtores, Industriais e Comerciais;
- III - o Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza;

§ 1º - o Cadastro Imobiliário compreende:

- a) - os terrenos vagos existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas ou destinadas à urbanização;
- b) - as edificações existentes, ou que vierem a ser construídas nas áreas urbanas e urbanizáveis.

§ 2º - o Cadastro de Estabelecimentos Produtores, Industriais e Comerciais, compreende os de produção, inclusive agropecuários, de indústria e de comércio, cujas atividades sejam habituais, lucrativas e exercidas no âmbito do Município.

§ 3º - o Cadastro dos Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza compreende as empresas ou profissionais - autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço sujeito à tributação municipal.

Artigo 128 - Todos os proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis mencionados no § 1º do artigo anterior e aqueles que, individualmente ou sob razão social de qualquer espécie exercerem atividade lucrativa no Município, estão sujeitos à inscrição obrigatória no Cadastro Imobiliário da Prefeitura.

Artigo 129 - O Poder Executivo poderá celebrar convenios com a União e os Estados visando a utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis, bem como o número de inscrição do Cadastro Geral dos Contribuintes, de âmbito federal, para melhor caracterização de seus registros.

Artigo 130 - A Prefeitura poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastros a fim de atender à organização fazendária dos tributos de sua competência, especialmente, os relativos à contribuição de melhoria.

CAPITULO II

Da Inscrição no Cadastro Imobiliários

Artigo 131 - A inscrição dos imóveis urbanos no Cadastro Imobiliários será promovida:

- I - pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;
- II - por qualquer dos condôminos, em se tratando do condomínio;
- III - pelo compromissário comprador, nos casos de compra misso de compra e venda;
- IV - pelo possuidor do imóvel a qualquer título;
- V - de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual, municipal ou de entidade autárquica, ou, ainda quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar;
- VI - pelo inventariante, síndico ou liquidante, quando tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO continuação . . .



da ou sociedade em liquidação.

Artigo 132 - Para efetivar a inscrição, no Cadastro Imobiliário, dos imóveis urbanos, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar na repartição competente uma ficha de inscrição para cada imóvel, conforme modelo fornecido pela Prefeitura.

§ 1º - A inscrição será efetuada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da escritura definitiva ou de promessa de compra e venda do imóvel.

§ 2º - Por ocasião da entrega da ficha de inscrição, devidamente preenchida, deverá ser exibido a título de propriedade, ou de compromisso de compra e venda, para as necessárias verificações.

§ 3º - Não sendo feita a inscrição no prazo estabelecido no paragrafo primeiro deste artigo, e órgão competente, valendo-se dos elementos de que dispuser, preencherá a ficha de inscrição e expedirá edital convocando o proprietário para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir as exigências deste artigo, sob pena de multa prevista neste Código para os faltosos.

Artigo 133 - No caso de litígio sobre o domínio do imóvel a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes e dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.

Paragrafo único - Incluem-se também na situação prevista neste artigo o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Artigo 134 - Em se tratando de área loteada, cujo loteamento houver sido licenciado pela Prefeitura, deverá o impresso de inscrição ser acompanhado de uma planta completa, em escala que permita a anotação dos desdobramentos e designar o valor da aquisição, os logradouros, as quadras e os lotes, a área total, as áreas cedidas ao patrimônio municipal, as áreas compromissada e as áreas alienadas.

Artigo 135 - Os responsáveis por loteamento ficam obrigados a fornecer, até o dia 5 (cinco) de cada mês, aos órgãos fazendário competente, relação dos lotes que no mês anterior tenham sido competentes, digo, alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, ou cancelados, mencionando o nome do comprador e o endereço, os números dos quarteirões e do lote e o valor do contrato de venda, a fim de ser feita a notação no Cadastro Imobiliário.

Artigo 136 - Deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Prefeitura, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, todas as ocorrências verificadas com relação ao imóvel, que possam afetar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais.

Paragrafo único - A comunicação a que se refere este artigo, devidamente processada e informada, servirá de base à alteração respectiva na ficha de inscrição.

Artigo 137 - A concessão de 2 "HABITE-SE" à edificação nova a aceitação de obras em edificação reconstruída ou reformada, são se completará com a remessa do processo respectivo à repartição fazendária competente e a certidão desta de que foi atualizada a respectiva inscrição no Cadastro Imobiliário.

CAPITULO III

Da inscrição no Cadastro de Estabelecimentos Produtores, Industriais e Comerciais.

Artigo 138 - A inscrição no Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes será feita pelo responsável, ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente ficha própria para cada estabelecimento, fornecida pela Prefeitura.

Artigo 139 - A ficha de inscrição do Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciais deverá conter:-

I - o nome, a razão social, ou a determinação sob cuja responsabilidade deva funcionar o estabelecimento ou ser exercidos os

continua . . .



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO continuação . . .



atos de comércio, produção e indústria;

II - a localização do estabelecimento, seja na zona urbana ou rural, compreendendo a numeração do próprio, digo, prédio, do pavimento e da sala ou outro tipo de dependência ou sede, conforme o caso, ou de propriedade rural a ele sujeita; ~

III - as espécies principais e acessórias da atividade;

IV - a área total do imóvel, ou de parte dele, ocupada pelo estabelecimento e suas dependências; ~

V - outros dados previstos em regulamento.

Parágrafo único - a entrega da ficha de inscrição deverá ser feita;

a) - quanto aos estabelecimentos novos, antes da respectiva abertura ou início dos negócios;

b) - quanto aos já existentes dentro do prazo de 90 - (noventa) dias, a contar da vigência deste Código.

Artigo 140 - A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar a reaprtrição competente dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data em que ocorrerem, as alterações que se verificarem em qualquer das características mencionadas no artigo anterior.

Paragrafo único - No caso de venda ou transferência do estabelecimento, sem a observância do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

Artigo 141 - O encerramento das atividades do estabelecimento será comunicada à Prefeitura dentro do prazo de 30 (trinta) dias a fim de ser anotada no Cadastro.

Paragrafo único - A anotação no Cadastro será feita após a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuízo de quaisquer débitos de tributos pelo exercício de atividades ou negócios de produção, indústria e comércio.

Artigo 142 - Para os efeitos deste capítulo, considera-se estabelecimento o local fixo ou não, de exercício de qualquer atividade produtiva, industrial, comercial ou similar, em caráter permanente ou eventual, ainda que no interior de residência, desde que a atividade não seja caracterizada como prestação de serviços.

Artigo 143 - Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no Cadastro;

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócio, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos.

Paragrafo único - não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, com os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

PARTE ESPECIAL

TITULO IV

Do imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana

CAPITULO I

Da incidência, das isenções e das reduções

Artigo 144 - O imposto territorial urbano tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de terrenos, não-construídos localizados nas zonas urbanas do Município.

§ 1º - Para os efeitos deste imposto, entende-se como zonas urbanas as definidas em Lei, observando o requisito mínimo da existência de pelo menos dois dos seguintes melhoramentos:

a) - meio fio ou calçamento, com canalização de

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO continuação . . .



aguas pluviais;

- b) - abastecimento de agua;
- c) - sistema de esgotos sanitários;
- d) - rede de iluminação pública, com ou sem pos-

teamento para distribuição domiciliar;

e) - escola primária ou posto de saúde, a uma - distância máxima de 3 (tres) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º - considerando-se também urbanas as áreas urba-
nizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pe-
la Prefeitura, destinados a habitação, a industria ou ao comércio mes-
mo que localizados fora das zonas definidas nos termos no paragrafos -
anterior.

Artigo 145 - O imposto territorial urbano incide tam-
bém sobre o imóvel que, embora localizado fora da zona urbana, seja uti-
lizado como sitio de recreio, desde que sobre ele não incida imposto ter-
ritorial rural.

Artigo 146 - O imposto não incide sobre o imóvel que, -
embora localizado na zona urbana, seja utilizado em exploração extrati-
va vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, salvo quando não for -
configurado como tal, no ambito de atuação federal que trata da políti-
ca agrária.

Artigo 147 - São isentos do imposto territorial urbano
os terrenos de propriedade da União, dos Estados, dos Municipios e de -
suas autarquias, ou a ele cedido para uso gratuitamente.

Artigo 148 - O imposto territorial urbano constitue o-
nus real e acompanha o imóvel em todos es casos transmissão da proprie-
dade ou de direito reais a ela relativos de compromissários comprador -
se este tiver na posse do imóvel.

CAPITULO II

Da Alíquota e base de cálculo

Artigo 149 - o imposto territorial urbano será cobrado -
mediante aplicação da seguinte alíquota sobre o valor venal do terreno.

I - 1,5% (hum e meio por cento)

§ 1º - os terrenos cituados no primeiro e segundo -
perímetros de conformidade com o que for estabelecido em regulamento se-
rão tributados em dobro, se não tiverem suas testadas muradas, conforme
dispuser o regulamento.

§ 2º - aos proprietários que, no primeiro do ano -
construïrem muro ou prédio em que já tenham recolhido o imposto de to-
do o exercçio, será feita a restituição, ao acréscimo correspondente ao -
segundo semestre.

Artigo 150 - O valor venal dos terrenos será apurado com
base nos dados formecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando -se em con-
ta a critério da repartição, os seguintes elementos:

I - o valor declaro pelo contribuinte;

II - o índice médio de valorização correspondente à zo-
na em que esteja situado o imóvel;

III - o preço do terreno nas ultimas transações de com-
pra e venda realizadas nas zonas respectivas;

IV - as formas, as dimenções, os acidentes naturais,
e outras características do terreno;

V - quaisquer outros dados informativos obtidos pelas
repartições cométentes, digo, competentes, tais como a existência de luz
agua, esgoto, passios, guias, sargetas, pavimentação, etc.

Artigo 151 - na determinação da base de cálculo não se -
consideração os valores dos bens móveis mantidos, em carater permanentes
ou temporário, no imóvel para efeito da sua utilização, exploração, afor-
mozeamento ou comodidade.

Artigo 152 - o critério a ser utilizado para a apuração -
dos valores que servirão de base de cálculo para o lançamento do impos-
to territorial urbano será definido em regulamento baixado pelo Execu-
tivo.

continua . . .



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPÓLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO continuação



Artigo 153 - O mínimo do imposto territorial urbano será de 5%(cinco por mil) do salário-mínimo local.

CAPITULO III

Do lançamento e da Arrecadação

Artigo 154 - O lançamento dos imposto territorial urbano sempre que possível, será feito em conjunto com a dos demais tributos que recaem sobre o imóvel, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior.

Artigo 155 - Far-se-á o lançamento do nome sob o qual estiver inscrito o terreno no Cadastro Imobiliário.

§ 1º - No caso de condomínio, figurará o lançamento em nome de todos os condomínios, respondendo cada um, na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo.

§ 2º - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja na posse do terreno.

§ 3º - Quando o imóvel estiver sujeito a inventário far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha, será transferida para o nome dos secessores; para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30(trinta) dias, a contar da data do julgamento da partilha e da adjudicação.

§ 4º - Os terrenos pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobreestado, serão lançados em nome do mesmo, que responderá pelo tributo até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.

§ 5º - o lançamento de terreno pertencente a massas falidas ou sociedades em liquidação será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou notificações serão enviados aos seus representantes legais anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 6º - no caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do promitente vendedor e do promissário comprador, se este estiver na posse do imóvel.

Artigo 156 - o lançamento e o recolhimento do imposto serão efetuados na época e pela forma estabelecida no regulamento.

Paragrafo único- o lançamento será anual e o recolhimento se fará no número de quotas que o regulamento fixar.

TITULO V

Do imposto sobre a Propriedade Predial Urbana

CAPITULO I

Da incidência e das Isenções

Artigo 157 - o imposto predial tem fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse, conjuntamente ou não, com os respectivos terrenos, do prédio situados nas zonas urbanas do Município.

§ 1º - Considera-se prédios, para os efeitos deste artigo, todas as edificações ou construções que possam servir à habitação ai uso ou recreio, seja qual for sua denominação, forma ou destino.

§ 2º - Para efeito deste imposto, entende-se como zona urbana a definida nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 144, deste Código.

Artigo 158 - o imposto predial urbano incide também sobre imóvel que embora localizado fora da zona urbana, seja utilizado como sítio de recreio, desde que sobre ele não incida o imposto territorial Rural.

Artigo 159 - o imposto não incide sobre o imóvel que, embora localizado na zona urbana, seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial, salvo quando não for configurado como no âmbito de atuação do órgão federal que trate da política agrária.

Artigo 160 - São isentas do pagamento do imposto Predial Urbano, com a condição de que cumpram as exigências da legislação tributária do Município.

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO continuação . . .

a) - os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel construído que tenham cedido ou venham a ceder, em sua totalidade, para uso exclusivo da União, do Estado e do Município, ou de suas autarquias, abrangendo a isenção apenas o imóvel cedido.

b) - as Entidades religiosas de qualquer culto sobre os imóveis destinados a igrejas, conventos, seminários, palácios - episcopais e residências paroquiais;

c) - as Entidades recreativas, esportivas, assistenciais e outras que exerçam atividades sem finalidade lucrativa, sobre os imóveis destinados as atividades que lhes são próprias.

Artigo 161 - O imposto Predial Urbano, será cobrado mediante a aplicação da alíquota de 0,4% (quatro décimos por cento), sobre o valor venal do imóvel.

PARagrafo único - a alíquota fixada pelo presente artigo será reduzida para 0,3% (tres décimos por cento), quando o imóvel for utilizado pelo proprietário.

Artigo 162 - o valor venal do prédio será calculado levando-se em conta os seguintes fatores:

I - a área construída;

II - o valor unitário da construção;

III - o estado de conservação da edificação.

Artigo 163 - o critério a ser utilizado para a apuração dos valores que servirão de base de cálculo para o lançamento do imposto predial será definido em regulamento baixado pelo executivo.

Paragrafo único - o mínimo do imposto predial será de 5% (cinco por cento) do salário mínimo local.

CAPITULO III

Do lançamento e da arrecadação

Artigo 164 - o lançamento e a arrecadação do imposto predial sempre que possível, será feito em conjunto com os dos demais tributos que recaem sobre o imóvel, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior.

Paragrafo único - os apartamentos, unidades ou dependências como economias autônomas, serão lançados um a um, em nome de seus proprietários condôminos.

Artigo 165 - o lançamento e o recolhimento do imposto serão efetuados na época e pela forma estabelecido ao regulamento.

TITULO VI

Do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

CAPITULO I

Da incidência e das Isenções

Artigo 166 - o imposto sobre serviços de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação, por empresa ou por profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, dos serviços constantes da Tabela I, anexa a este Código.

Paragrafo único - os serviços especificados na Tabela I, anexa a este Código, são sujeitos apenas ao imposto sobre serviços de qualquer natureza, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

Artigo 167 - não estão sujeitos ao imposto sobre serviços de qualquer natureza o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não especificados na Tabela I, assim como a execução, por administração ou empreitadas, de obras hidráulicas ou de construções civis contratadas com a União, Estado, Distrito Federal, Município, Autarquias e Empresas Concessionárias de serviços públicos, e as respectivas subempreitadas.

Artigo 168 - Estão isentas do imposto, a prestação de serviços efetuados por:-

I - profissionais, no seu próprio domicílio, sem anúncios, ou letreiros, com receita bruta anual até 12 (doze) salários mínimos

continua . . .



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO continuação. . . .



nimos locais, não sendo considerados empregados os filhos e o conjuge.

II - estabelecimentos de fins humanitários e assistenciais, sem finalidades lucrativas;

III - associações culturais, clubes recreativos, esportivos e de serviços, sem finalidades lucrativas.

IV - pensões familiares que tenham até 05 pensionistas;

V - sapateiros, remendoes e outros que exerçam suas atividades nos termos do item X;

VI - engraxates;

VII - empresas jornalísticas, no exercício de suas atividades específicas;

VIII - locadores de livros novos e usados; e,

IX - promotores de espetáculos beneficentes;

Artigo 169 - As isenções do artigo anterior serão concedidas, mediante requerimento do interessado, instruindo com a prova dos requisitos necessários à obtenção do benefício, e serão válidas apenas para o exercício que fora solicitadas.

Parágrafo único - os requerimentos de isenção devem ser apresentados durante o mês de janeiro de cada exercício, exceto para a primeira solicitação.

Artigo 170 - Consideram-se empresas distintas, o disposto no artigo 143, deste Código.

Artigo 171 - O imposto será calculado sobre o preço do serviço ou sobre a receita bruta mensal do contribuinte, conforme dispuser o regulamento.

§ 1º - quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado por meio da alíquota fixas, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração de próprio trabalho.

§ 2º - Na execução dos serviços a que se referem os itens XIX e XX da Tabela X, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzido das parcelas correspondentes.

a) - ao valor dos materiais adquiridos de terceiros quando fornecidos pelo prestador de serviços;

b) - ao valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto.

§ 3º - Quando os serviços a que se referem os itens I, II, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, e XVII da Tabela I, foram executados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao imposto cobrado por meio de alíquotas fixas, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 172 - Excetuando-se as atividades especificadas - o imposto será cobrado mediante a aplicação das alíquotas percentuais sobre o preço do serviço, de acordo com a Tabela X.

CAPITULO III

Do lançamento e do Recolhimento

Artigo 173 - O imposto será recolhido por meio de guia preenchida pelo próprio contribuinte ou lançado previamente pela repartição fazendária, de acordo com modelo, forma e prazos estabelecidos em regulamento.

Parágrafo único - A Prefeitura poderá adotar o regime de lançamento e arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza por estimativa, compensando ou arrecadando a diferença apurada entre o imposto devido e o recolhido pelo contribuinte, no exercício seguinte, na forma e prazos estabelecidos em regulamento.

Artigo 174 - Os contribuintes sujeitos ao imposto com ba

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO continuação. . . .



se na receita bruta mensal manterão, obrigatoriamente, sistemas de registro do valor dos serviços prestados, na forma do regulamento.

Artigo 175 - O montante do imposto a recolher será arbitrado pela autoridade competente:

I - quando o contribuinte deixar de apresentar a -
guia de recolhimento no prazo regulamentar:

II - quando o contribuinte apresentar guia com omissão dolosa ou fraude;

III - quando inexistirem os registros a que se refere o artigo 173 ou for dificultado o exame dos mesmos.

Artigo 176 - O procedimento do ofício de que trata o artigo anterior prevalecerá até prova em contrário feita antes do lançamento do imposto.

Artigo 177 - Os profissionais autônomos ou as empresas de prestação de serviço de qualquer natureza, que desempenharem atividades classificadas em mais de um grupo de atividades constantes da Tabela X, se sujeitarão ao imposto com base na alíquota mais elevada -
correspondente a uma dessas atividades.

Artigo 178 - No caso de diversões públicas e outros -
serviços cujo preço seja cobrado mediante bilhete, o imposto será recolhido do conforme dispuser o regulamento.

TITULO VII

Das Taxas

CAPITULO I

Da incidência e das isenções

Artigo 179 - Pelo exercício regular do poder de polícia ou em razão de utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestando ao contribuinte ou posto a sua disposição pela Prefeitura, serão cobrados, pelo Município, as seguintes taxas:

- I - de licença;
- II - de expediente e serviços diversos;
- III - de serviços urbanos;
- IV - de pavimentação;
- V - de execução de guias e sarjetas;
- VI - de extensão de rede de energia elétrica;
- VII - de execução de muros e passeios;
- VIII - de conservação de estradas;

Artigo 180 - São isentos da taxas de serviços Urbanos:

- I - Os próprios federais e estaduais, quando exclusivamente utilizados por serviços da União ou do Estado;
- II - Os templos de qualquer culto;

CAPITULO II

Das taxas de licença

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 181 - As taxas tem como fato gerador o poder de polícia do Município na outorga de permissão para o exercício de atividades ou para a prática de atos dependentes, por sua natureza, de prévia autorização das autoridades municipais, e são exigidas para:

I - localização e funcionamento de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços, na jurisdição do Município;

II - renovação da licença, para localização e funcionamento de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços;

III - funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e prestação de serviços, em horários especiais;

IV - exercício, na jurisdição do Município, de Comércio

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO continuação . . .



cio eventual ou ambulante;

V - aprovação e execução de obras e instalações -
particulares;

VI - aprovação e execução da urbanização de terre-
nos particulares;

VII - publicidade;

VIII - ocupação de áreas em vias e logradouros públi-
cos;

IX - tráfego de veículos.

Artigo 182 - Para efeito da cobrança da taxa de licen-
ça são considerados estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou
da prestação de serviços os definidos no artigo 143 deste Código.

SEÇÃO II

Da taxa de Licença para localização e Funcionamento
de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria
e Prestação de Serviços.

Artigo 183 - Nenhum estabelecimento de produção, comér-
cio, indústria ou prestação de serviços de qualquer natureza, poderá ins-
talar-se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença para
localização e funcionamento outorgada pela Prefeitura e sem que hajam se-
us responsáveis efetuado o pagamento da taxa devida.

Parágrafo único - As atividades cujo exercício depend-
em de autorização de competência exclusiva da União, do Estado, não es-
tão isentas da taxa de que trata este artigo.

Artigo 184 - o pagamento da licença a que se refere o
artigo anterior será exigido por ocasião da abertura ou instalação do es-
tabelecimento, ou cada vez que se verificar mudança de atividade.

Parágrafo único - A taxa será cobrada de acordo com a
Tabela II anexa a este Código.

Artigo 185 - Os pedidos de licença para abertura ou -
instalação de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de -
prestação de serviços serão acompanhados da competente ficha de inscri-
ção no Cadastro Fiscal da Prefeitura, pela forma e dentro dos prazos es-
tabelecidos para esse fim.

Artigo 186 - A licença para localização e instalação
inicial é concedida mediante despacho, expedindo-se o alvará respectivo
qual será conservado permanentemente em lugar visível.

SEÇÃO III

Da taxa de renovação da licença para localização
e funcionamento de estabelecimentos de produção
comércio, indústria e prestação de serviços.

Artigo 187 - Além da taxa de licença para locação e -
funcionamento, os estabelecimentos de produção, comércio, indústria e -
prestação de serviços estão sujeitos, anualmente, à taxa de renovação -
da licença para localização e funcionamento.

Parágrafo único - A taxa será cobrada pelo mesmo va-
lor que for devido a título de que trata a seção anterior, na forma e -
dentro do prazo que o regulamento determinar.

Artigo 188 - Nenhum estabelecimento poderá prosseguir
nas suas atividades sem estar de posse do alvará, renovado na forma do
artigo anterior, após decorrido o prazo para pagamento da taxa de reno-
vação.

Artigo 189 - O não cumprimento do disposto no artigo
anterior poderá acarretar a interdição do estabelecimento mediante ato
da autoridade competente.

§ 1º - A interdição será proferida de notifica-
ção preliminar do responsável pelo estabelecimento, dando-lhe o prazo
de 15 (quinze) dias para que regularize sua situação.

§ 2º - a interdição não exime o faltoso do paga-
mento da taxa e das multas devidas.

SEÇÃO IV

Continua . . .



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO continuação . . .



Da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial

Artigo 190 - Poderá ser concedida licença para funcionamento de determinados estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial.

Artigo 191 - A taxa de licença para funcionamento dos estabelecimentos em horário especial será cobrada por dia, mês, ou ano de acordo com a tabela anexa a este Código, e arrecadada antecipada e independentemente de lançamento.

Artigo 192 - É obrigatória a fixação, junto ao alvará de localização, em local visível e acessível à fiscalização, do comprovante de pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário especial em que conste claramente esse horário, sob pena das sanções previstas neste Código.

Artigo 193 - Entende-se por horário especial:

a) - o período não compreendido entre 7,00 e 18,00 horas de segunda-feira a sábado.

b) - domingos e feriados, exceto para as farmácias de plantão.

SEÇÃO V

Da Taxa de licença para o Exercício de Comércio Eventual ou Ambulante.

Artigo 194 - A taxa de licença para o exercício de comércio eventual ou ambulante será exigível por ano, mês ou dia.

§ 1º - Considera-se comércio eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano especialmente por ocasião de festas ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura.

§ 2º - É considerado também como comércio eventual o que é exercido em instalações removíveis colocadas nas vias ou logradouros públicos, como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes desde que atendidos os requisitos da legislação própria.

§ 3º - Comércio ambulante é o exercido individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

Artigo 195 - A taxa de que trata esta Seção será cobrada de acordo com a Tabela anexa a este Código e na conformidade do respectivo regulamento.

Artigo 196 - O pagamento da taxa de licença para o exercício de comércio eventual, nas vias e logradouros públicos, dispensa a cobrança da taxa de ocupação de áreas em vias e logradouros públicos.

Artigo 197 - É obrigatória a inscrição na repartição competente, dos comerciantes eventuais e ambulantes, mediante o preenchimento da ficha própria, conforme modelo fornecido pela Prefeitura.

§ 1º - Não se inclui na exigência deste artigo os comerciantes com estabelecimentos fixos que, por ocasião de festejos ou comemorações, explorem o comércio eventual ou ambulante.

§ 2º - A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação nas características iniciais de atividades por ele exercida.

Artigo 198 - Ao comerciante eventual ou ambulante que satisfizer às exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação contendo as características essenciais a basear a cobrança desta.

Artigo 199 - Respondem pela taxa de licença de comércio eventual ou ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.

Artigo 200 - Não são contribuintes da taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante:

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO continuação . . .



- I- os cegos e mutilados que exercerem comércio ou outra atividade em escala ínfima;
- II- os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;
- III- os engraxates ambulantes;
- IV- os comerciantes devidamente estabelecidos - no Município.

SEÇÃO VI

Da Taxa de licença para aprovação e execução de obras e instalações Particulares.

Artigo 201 - A taxa de licença para aprovação e execução de obras e instalações particulares é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios, bem como nas instalações elétricas e mecânicas ou qualquer outra obra, na zona urbana do Município.

Artigo 202 - Nenhuma construção, reconstrução, reforma, demolição ou obra e instalações de qualquer natureza, poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura e pagamento da taxa-devida.

Artigo 203 - A taxa de licença para aprovação e execução de obras e instalações particulares será cobrada de conformidade com a Tabela II.

Artigo 204 - As obras e instalações que forem dispensadas da licença, pela legislação específica, não estão sujeitas ao pagamento da taxa de que trata esta seção.

Artigo 205 - São isentos da taxa de licença para execução de obras particulares;

I - A limpeza ou pintura externa ou interna de prédios muros ou gradis;

II - A construção de passeios, quando do tipo - aprovado pela Prefeitura;

III - A construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devidamente licenciados;

IV - demolição de prédios, para nova construção

SEÇÃO VII

Da Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Urbanização em Terrenos Particulares.

Artigo 206 - A taxa de licença para aprovação e execução da urbanização em terrenos particulares é exigida pela permissão outorgadas pela Prefeitura, para urbanização de terreno particulares, - segundo a legislação específica.

Artigo 207 - Nenhum plano ou projeto de urbanização em terrenos particulares poderá ser executado sem o prévio pagamento da taxa de que trata o artigo anterior.

Artigo 208 - A licença concedida constará de alvará no qual se mencionarão as obrigações de proprietário do imóvel, com referencia a serviços e obras de urbanização.

Artigo 209 - A taxa de que trata esta Seção será - cobrada de conformidade com a tabela II.

SEÇÃO VIII

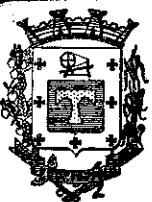
Da Taxa de Licença para Publicidade.

Artigo 210 - A exploração ou utilização de meios - de publicidade nas vias e logradouros públicos do Município, bem como - nos lugares de acesso ao público, sujeita a prévia licença da Prefeitura, fica obrigada ao pagamento da taxa devida.

Artigo 211 - São meios de publicidade, para fins de artigo anterior;

I - os cartazes, letreiros, programas, quadros-paineis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, - veículos ou calçadas;

continua . . .



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO continuação . . .



II - A propaganda falada, em lugares públicos - por meio de amplificadores de voz, alto-falantes, e propagandistas;

Parágrafo único - compreende-se neste artigo os anúncios colocados em lugares de acesso público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem de qualquer natureza, visíveis da via pública.

Artigo 212 - Respondem pela observância das Disposições desta seção todas as pessoas físicas ou jurídicas, as quais direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar, uma vez que a tenham autorizado.

Artigo 213 - Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não for de propriedade do requerente, a Municipalidade não se responsabilizará pelo uso do mesmo.

Artigo 214 - A taxa de licença para publicidade é cobrada segundo o período fixado para a publicidade e de conformidade com a tabela anexa a este Código.

§ 1º - Ficam sujeitos ao acréscimo de 10% (dez por cento) da taxa, os anúncios de qualquer natureza referente a bebidas alcoólicas e fumo.

§ 2º - A taxa será paga por ocasião da outorga de licença

§ 3º - Nas licenças sejeitas a renovação anual, a taxa será paga no prazo estabelecido em regulamento.

Artigo 215 - Não incide a taxa de licença para publicidade sobre:

I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos, eleitorais, beneficentes ou desportivos;

II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo de direção de estradas;

III - os distícos ou denominações de estabelecimentos comerciais e industriais afixados nas paredes, vitrinas internas;

IV - os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estações de rádio-difusão.

SEÇÃO IX

Da Licença para Ocupação de Áreas em vias e Logradouros Públicos.

Artigo 216 - entende-se por ocupação de áreas aquela feita mediante instalação provisória de balcão, barraca, mesa, quiosque aparelho e qualquer outro móvel ou utensílio, depósito de materiais para fins comerciais ou de prestação de serviços e estacionamento privativo de veículos, em locais permitidos.

Artigo 217 - Sem prejuízos do tributo e multa devidos, a Prefeitura prenderá e removerá para os seus depósitos, qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos, ou colocados em vias e logradouros públicos, sem o pagamento da taxa de que trata esta Seção.

Parágrafo único - A taxa será cobrada, de acordo com a tabela anexa.

SEÇÃO X

Da Taxa de Licença para o tráfego de Veículos.

Artigo 218 - A taxa de licença para o tráfego de veículos é devida por todos os proprietários ou possuidores de veículos de propulsão humana e de tração animal, em circulação no Município, e será cobrada anualmente de conformidade com a tabela Anexa, a este Código.

Artigo 219 - O pagamento da taxa será feito de uma só vez, anualmente, na forma e prazo estabelecidos em regulamento.

CAPÍTULO III

Das Taxas de Expediente e Serviços Diversos

SEÇÃO I

Da Taxa de Expediente

Artigo 220 - A taxa de expediente é devida pela apre

continua.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO continuação

sentação de petição e documentos à repartições da Prefeitura, para apreciação e despacho pelas autoridades municipais, ou pela lavratura de termos e contratos com o Município.

Artigo 221 - A taxa de que trata este capítulo é devida pelo peticionário ou por quem ~~xx~~tiver interesse direto no ato do governo municipal, e será cobrada de acordo com a tabela anexa a este Código.

Artigo 222 - A cobrança da taxa será feita por meio de guia, conhecimento ou processo mecânico na ocasião em que o ato for praticado, assinado ou visado, ou em que o instrumento formal for protocolado, expedido ou anexado, desentranhado ou devolvido.

Artigo 223 - Não estão sujeitos ao pagamento da taxa de expediente os requerimentos e certidões relativos aos servidores municipais, ao serviço de alistamento militar ou para fins eleitorais.

SEÇÃO II

Da Taxa de Serviços Diversos

Artigo 224 - Pela prestação dos serviços de numeração de prédios, fotocópias para qualquer finalidade, apreensão e depósitos de bens móveis, semoventes, mercadorias, de alinhamento e nivelamento de cemitérios, matadouros, remoção de entulhos, aluguel de máquinas e veículos e outros serviços prestados pela Prefeitura, inclusive quanto as consessoes, será cobrada a taxa de serviços diversos.

Artigo 225 - A arrecadação da taxa de que trata esta Seção será feito no ato da prestação do serviço, antecipadamente ou posteriormente, segundo as condições previstas em regulamento ou instruções e de acordo com a tabela anexa nº III.

CAPITULO IV

Da Taxa de Serviços Urbanos.

Artigo 226 - A taxa de Serviços Urbanos tem como fato gerador a prestação pela Prefeitura, de serviços de limpeza pública, remoção de lixo domiciliar, iluminação pública e conservação de vias e logradouros públicos, e será devida pelos proprietários ou possuidores a qualquer título, de imóveis edificadas ou não, localizados em logradouros públicos beneficiados por esses serviços.

Artigo 227 - A taxa definida no artigo anterior incidirá sobre cada uma das economias autônomas beneficiadas pelos referidos serviços.

Parágrafo único - No caso de condomínio, o valor da taxa será dividido proporcionalmente entre os condôminos.

Artigo 228 - A base de cálculo e a alíquota da taxa de serviços urbanos serão determinadas em função da previsão anual do custo dos serviços a serem prestados ou postos a disposição do contribuinte no respectivo logradouro.

Parágrafo único - Para os efeitos deste artigo consideram-se como serviços prestados ou postos a disposição do contribuinte além de outros que vierem a ser criados, os que constituem fato gerador de tributo.

Artigo 229 - A taxa de serviços urbanos será cobrada proporcionalmente à área e testada dos respectivos imóveis e aos serviços que atingirem os logradouros onde os mesmos se localizarem, na forma que dispuser o regulamento.

Artigo 230 - A taxa de que trata esta seção será lançada e cobrada juntamente com os Impostos Predial e Territorial Urbano.

Artigo 231 - O mínimo da taxa de serviços urbanos de 5% (cinco por cento) sobre o salário mínimo, por unidade autônoma.

CAPITULO V

Da taxa de Pavimentação

Artigo 232 - A taxa de pavimentação tem como fato gerador a execução pela Prefeitura, diretamente ou através de terceiros de todo ou em parte ainda não pavimentados, ou cujo calçamento, por motivo de interesse público, a juízo da Prefeitura, deva ser substituído por outro de melhor qualidade.

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO continuação



§ 1º - A taxa será devida pelas obras e serviços realizados em vias e logradouros públicos da zona urbana, não abrangendo as ruas não oficiais, as estradas e caminhos.

§ 2º - Consideram-se obras ou serviços de pavimentação:-

I - a pavimentação propriamente dita da parte carroçável das vias e logradouros públicos;

II - os trabalhos preparatórios ou complementares habituais tais como:

- a- estudos topográficos;
- b- terraplanagem;
- c- obras de escoamento local;
- d- guias e sarjetas;
- e- consolidação do leito;
- f- pequenas obras de arte; e,
- g- serviços de administração.

§ 3º - Não se levará a efeito a substituição de pavimentação que conte menos de 20(vinte) anos, a menos que se trate de pavimentação asfálticas sem ônus para os proprietários marginais e que necessite ser substituída por tipo identico ou equivalente por motivos de ordem técnica, a juízo da Prefeitura.

§ 4º - Nos casos de substituição de calçamento, do total do custo dos serviços será deduzido o valor do material aproveitável da pavimentação antiga.

Artigo 233 - Não será devida a taxa de pavimentação em se tratando de serviços de conservação ou simples reparação.

Artigo 234 - A Prefeitura, ouvidos os órgãos técnicos competentes, e tendo em vista as necessidades gerais do tráfego e as conveniências do urbanismo, determinará a largura da faixa carroçável e dos passeios.

Artigo 235 - O custo dos serviços de pavimentação será cobrada de acordo com a testada do imóvel beneficiado.

Parágrafo único: - a proporção do custo da pavimentação será de 1/2 para cada um dos confrontantes marginais.

Artigo 236 - No caso de áreas que gozem de imunidade fiscal as respectivas quotas correrão por conta da Prefeitura.

Artigo 237 - Tratando-se de edifício em condomínio, a taxa de pavimentação será calculada de conformidade com o disposto neste capítulo, e dividida proporcionalmente à parte ideal de cada unidade autônoma.

Artigo 238 - Os serviços de pavimentação enquadram-se em três padrões:

- a) - ordinário;
- b) - extraordinário;
- c) - de emergência.

§ 1º - a pavimentação ordinária se refere a obras de preferenciais interesse e iniciativa do Poder Executivo.

§ 2º - a pavimentação extraordinária se refere a obras de menor interesse geral, solicitadas pelos interessados e executada após o depósito da importância orçada, cujo valor reajustado após a conclusão das obras.

§ 3º - A pavimentação de emergência será realizada de acordo com as bases instituídas em leis especiais.

Artigo 239 - A taxa de que trata este capítulo será arrecadada na forma e prazo que o regulamento dispuser.

CAPITULO VI

Da Taxa de Execução de Rede de Energia Elétrica.

Artigo 240 - A taxa de execução de rede de energia elétrica tem como fato gerador a execução pela Prefeitura, diretamente ou através de terceiros, de obras ou serviços de extensão de rede de iluminação pública ou domiciliar.

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO continuação



Parágrafo único - são contribuintes da taxa referida neste artigo, os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados nas vias e logradouros públicos beneficiados pelas obras ou serviços.

Artigo 241 - A prefeitura promoverá a execução dos serviços onde se tornarem necessários, no perímetro urbano, em loteamentos definitivamente aprovados, em zona rural ou não, se leis específicas não dispuser em contrário.

Artigo 242 - A extensão da rede na zona rural dependerá de aprovação do núcleo interessado, pela manifestação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos interessados.

Artigo 243 - O custo dos serviços que vierem a ser executados serão cobrados proporcionalmente à testada principal de cada imóvel beneficiado.

§ 1º - A título de remuneração pelos serviços, de cada, digo, de administração, poderá ser acrescida a taxa de 10% (dez por cento) ao custo dos serviços.

§ 2º - A taxa será lançada e arrecadada após os serviços executados, na forma e prazos determinados em regulamento.

Artigo 244 - Tratando-se de imóvel em condomínio, a taxa será calculada de conformidade com o disposto neste capítulo, e dividida proporcionalmente a cada condômino.

CAPITULO VII

Da Taxa de Execução de Muros e Passeios

Artigo 245 - A taxa de execução de muros e passeios tem como fato gerador a execução pela Prefeitura, diretamente ou através de terceiros, de obras ou serviços de construção de muros e passeios e tem como contribuintes o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóveis situados em vias e logradouros públicos dotados dos seguintes melhoramentos:

- a) - pavimentação e serviços complementares
- b) - rede de água e esgoto
- c) - rede de iluminação pública e domiciliar;

Artigo 246 - A construção de muros e passeios será executada:

I - Pelos proprietários, titulares do domínio ou possuidores a qualquer título, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data de intimação, e de acordo com o padrão estabelecido pela Prefeitura.

II - Pela Prefeitura, após esgotado o prazo previsto no item anterior.

Artigo 247 - A taxa será lançada e arrecadada depois de executados os serviços, na forma e prazo que o regulamento dispuser e poderá ser acrescida de 10% (dez por cento) à título de remuneração pelos serviços de administração.

Artigo 248 - Aplica-se ao presente Capítulo, no que couber o disposto na Capítulo anterior.

CAPITULO VIII

Da Taxa de Conservação de Estradas

Artigo 249 - A taxa de conservação de estradas tem como fato gerador a prestação pela Prefeitura, diretamente ou através de terceiros, de serviços de conservação de estradas e caminhos, e será devida pelos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis localizados na zona rural do Município.

Parágrafo único - São trabalhos de conservação, o patrolamento, macadamização, enascalhamento e regularização de estradas e caminhos, o reparo e conservação de pontes, pontilhões, mata-burros e bueiros, bem como a limpeza e melhoramento de guias e acostamentos.

Artigo 250 - A base de cálculo e a alíquota da taxa será determinada em função das despesas, correntes e de capital, realizadas nos 3 (três) exercícios imediatamente anteriores, na conservação e manutenção de estradas e caminhos, corrigidas monetariamente.

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO



001

continuação

Parágrafo Único - Serão deduzidas das despesas de - que trata o presente artigo, as realizadas com os recursos provenientes do Fundo Rodoviário Nacional, Fundo de Participação dos Municípios, Auxílio Rodoviário Estadual e outras transferências destinadas à construção, conservação e manutenção de estradas.

Artigo 251 - A taxa gravará os imóveis localizados na zona rural, na proporção de suas respectivas áreas.

Artigo 252 - O lançamento e a arrecadação da taxa de conservação de estradas serão feitos pela forma e nos prazos estabelecidos em regulamento.

Artigo 253 - O mínimo da taxa, incidente sobre cada imóvel é de 5% (cinco por cento) do salário mínimo local.

TÍTULO VIII

Da Contribuição de Melhoria

Artigo 254 - A contribuição de melhoria será cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária e se regerá por lei especial.

TÍTULO IX

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 255 - Salário-mínimo para efeito deste Código, é o vigente no Município a 31 de dezembro do ano anterior àquele em que se efetuar o lançamento ou se aplicar a multa.

Parágrafo único - Serão desprezadas as frações iguais ou inferiores a Cr\$0,50 (cinquenta centavos) e arredondadas para mais, as superiores, ao se considerar o salário mínimo para os efeitos deste Código.

Artigo 256 - Serão desprezadas as frações iguais ou inferiores a Cr\$5,00-(cinco cruzeiros) e arredondadas para mais as parcelas superiores, na apuração da base de cálculo dos impostos predial e territorial urbano.

Artigo 257 - Os créditos fiscais decorrentes de tributos de competência municipal, vigentes até 31 de dezembro de 1973, ficarão preservados em Lei Orçamentária, independente de sua inscrição na Dívida Ativa do Município.

Parágrafo único - Ficam extintos todos os débitos fiscais relativos a tributos, juros ou multas, de valor total não superior a Cr\$10,00 (dez cruzeiros), apurados até 31 de dezembro de 1973.

Artigo 258 - Este Código entrará em vigor em 1º de janeiro de 1974, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, aos 20 de dezembro de 1973.


JOSE ALEXANDRE CELOTI
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal de Cordeirópolis, aos 20 de dezembro de 1973.


ANTONIO CARLOS PAGOTO
Secretário



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

007

Lei Municipal nº.920 - de 20 de dezembro de 1973 - continuação ...

TABELA I - LANÇAMENTO E COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

I T E M S	LISTA DE SERVIÇOS	A L I Q U O T A S	
		% sobre a Receita Bruta	Fixa (%) s/ o Sa- lário Mí- nimo.
01	Médicos, dentistas e veterinários	-	70%
02	Enfermeiros, protéticos(prótese dentária), - obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, psicó- los.	-	70%
03	Laboratórios de análise clínicas e eletricida- de médica	2%	-
04	Hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos- socorros, bancos de sangue, casas de saúde, - casas de recuperação ou repouso sob orienta- ção médica	2%	-
05	Advogados ou provisionados	-	70%
06	Agentes da Propriedade industrial	-	50%
07	Agentes da propriedade artística ou literária	-	50%
08	Peritos e avaliador	-	50%
09	Tradutores e intérpretes	-	50%
10	Despachantes	-	50%
11	Economistas	-	70%
12	Contadores, auditores, guarda-livros e técni- cos em contabilidade	-	50%
13	Organização, programação, planejamento, asse- soria, processamento de dados, consultoria - técnica, financeira ou administrativa (exceto os serviços de assistência técnica prestados a terceiros e concernentes a ramo de indús- tria ou comércio explorados pelo prestador do serviço)	2%	-
14	Datilografia, estenografia, secretaria e expe- diente	2%	30%
15	Administração de bens ou negócios, inclusive consórcios ou fundos mútuos para aquisição de bens (não abrangidos os serviços executados - por instituições financeiras)	2%	-
16	Recrutamento, colocação ou fornecimento de - mão de obra, inclusive por empregados do pres- tador de serviços ou por trabalhadores avul- sos por ele contratados	2%	-
17	Engenheiros, arquitetos, urbanistas	-	70%
18	Projetista, calculistas, desenhistas técnicos	2%	50%
19	Execução, por administração, empreitada ou - subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclu- sive serviços auxiliares ou complementares - (exceto o fornecimento de mercadorias produzi- das pelo prestador dos serviços, fora do lo- cal da prestação dos serviços, que ficam su- jeitas ao ICM).	2%	-
20	Demolição, conservação e reparação de edifi- cios (inclusive elevadores neles instalados), estradas, pontes e congêneres (exceto o forne- cimento de mercadorias produzidas pelo presta- dor dos serviços, fora do local da prestação		



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

013

Lei Municipal nº.920 - de 20 de dezembro de 1973 - continuação ...

TABELA I - LANÇAMENTO E COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

	dos serviços, que ficam sujeitas ao ICM).	2%	-
21	Limpeza de imóveis	2%	-
22	Raspagem e lustração de assoalhos	2%	-
23	Desinfecção e higienação	2%	-
24	Lustração de bens móveis (quando o serviço for prestado a usuário final do objeto lustrado)	2%	-
25	Barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures, tratamento de pelo e outros serviços de salões de beleza	2%	30%
26	Banhos, duchas, massagens, ginásticas e congêneres	2%	-
27	Transporte e comunicações de natureza estritamente municipal	2%	-
28	Diversões Públicas		
	a) teatros, cinemas, circos, auditórios, - parque de diversões, taxi-dancing e - congêneres;	10%	-
	b) exposições com cobrança de ingresso; ..	10%	-
	c) bilhares, boliches e outros jogos permitidos;	10%	-
	d) bailes, "shows", festivais, recitais e congêneres;	10%	-
	e) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador, inclusive as realizadas em auditórios de estações de rádio ou de televisão;	10%	-
	f) execução de música, individualmente ou por conjuntos;	10%	-
	g) fornecimento de música mediante transmissão, por qualquer processo.	10%	-
29	Organização de festas; "buffet" (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas, que ficam sujeitas ao ICM).	2%	-
30	Agências de turismo, passeios e excursões, guias de turismo.	2%	-
31	Intermediação, inclusive corretagem, de bens móveis e imóveis, exceto os serviços mencionados nos itens 58 e 59.	2%	-
32	Agenciamento e representação de qualquer natureza, não incluídos no item anterior e nos itens 58 e 59.	2%	-
33	Análises técnicas.	2%	-
34	Organização de feiras de amostras, congressos e congêneres	2%	-
35	Propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas ou sistemas de publicidades, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários, divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio. ..	2%	-
36	Armazéns gerais, armazéns frigoríficos e silos; carga, descarga, arrumação e guarda de bens, inclusive guarda-móveis e serviços correlatos.	2%	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

019

Lei Municipal nº.920 - de 20 de dezembro de 1973 - continuação

TABELA I - LANÇAMENTO E COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

37 - Depósitos de qualquer natureza (exceto depósitos feitos em bancos ou outras instituições financeiras)	2%	-
38 - Guarda e estacionamento de veículos	2%	-
39 - Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária ou mensalidade, fica sujeito ao imposto sobre serviços)	2%	-
40 - Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos e equipamentos (quando a revisão implicar em conserto ou substituição de peças, aplica-se o disposto no item 41).	2%	-
41 - Conserto e restauração de quaisquer objetos (exclusivo, em qualquer caso, o fornecimento de peças a partes de máquinas e aparelhos, cujo valor fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias) ..	2%	-
42 - Recondicionamento de motores)o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias).	2%	-
43 - Pintura (exceto os serviços relacionados com imóveis) de objetos não destinados a comercialização ou industrialização.	2%	-
44 - Ensino de qualquer grau de natureza	2%	-
45 - Alfaiates, modistas, costureiras prestados ao usuário final, quando a material, salvo de aviamento, seja fornecido pelo usuário.	2%	-
46 - Tinturaria e lavanderia	-	30%
47 - Beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, acondicionamento e operações similares, de objetos não destinados à comercialização ou industrialização	2%	-
48 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido (excetua-se a prestação do serviço ao poder público, a autarquias, a empresas concessionárias de produção de energia elétrica.	2%	-
49 - Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário final do serviço	2%	-
50 - Estudos fotográficos e cinematográficos, inclusive revelação, ampliação, cópia e reprodução; estúdios de gravação de "video tapes" para televisão; estúdios fonográficos e de gravação de sons ou ruídos, inclusive dublagens e "mixagem" sonora.	2%	-
51 - Cópia de documentos e outros papéis, planhas e desenhos, por qualquer processo não incluído no item anterior	2%	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

031

Lei Municipal nº.920 - de 20 de dezembro de 1973 - continuação ..

TABELA I - LANÇAMENTO E COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

52 - Locação de bens móveis	2%	-
53 - Composição gráfica, clichéria, sinco- grafia, litografia e fotolitografia. ..	2%	-
54 - Guarda, tratamento e amestramento de - animais	2%	-
55 - Florestamento e reflorestamento	2%	-
56 - Paisagismo e decoração (exceto o mate- - rial fornecido para execução, que fica - sujeito ao ICM).		
57 - Recauchutagem ou regeneração de pneumá- - ticos.	2%	-
58 - Agenciamento, corretagem ou intermedia- - ção de câmbio e de seguros	2%	-
59 - Agenciamento, corretagem ou intermedia- - ção de títulos quaisquer (exceto os ser- - viços executados por instituições finan- - ceiras, sociedade distribuidoras de tí- - tulos e valores e sociedades de correto- - res, regularmente autorizadas a funcio- - nar)	2%	-
60 - Encadernação de livros e revistas.	2%	-
61 - Aerofotogrametria	2%	-
62 - Cobranças, inclusive de direitos auto- - rais	2%	-
63 - Distribuição de filmes cinematográficos - e de "Vide-tapes"	2%	-
64 - Distribuição e venda de bilhetes de lo- - teria	2%	-
65 - Empresas funerárias	2%	-
66 - Taxidermistas	2%	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

037

Lei Municipal nº.920 - de 20 de dezembro de 1973 - continuação

TABELA II - TAXAS DE LICENÇA

DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTA SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO		
	POR DIA	POR MÊS	POR ANO
A - LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS (Título VII - Cap. II - Seção 2ª.).			
I - Estabelecimentos Industriais:			
a- com até 20 empregados	-	-	50%
b- de 21 a 50 empregados	-	-	75%
c- de 51 a 100 empregados	-	-	100%
d- com mais de 100 empregados	-	-	150%
II - Estabelecimentos Comerciais	-	-	50%
III - Estabelecimentos Agropecuários	-	-	isento
IV - Estabelecimentos de Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	150%
V - Profissionais Liberais	-	-	25%
VI - Atividades não especificadas	-	-	25%
B - RENOVAÇÃO DA LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS (Título VII - Capítulo II - Seção III).			
Aplica-se as alíquotas previstas na letra - "A", desta Tabela, conforme artigo 187, parágrafo único.			
C - LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIOS ESPECIAIS (Título VII - Capítulo II - Seção IV)	2%	20%	50%
D - LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE (Título VII - Capítulo II Seção V)			
I - Gêneros alimentícios de primeira necessidade	3%	30%	70%
II - Doces, sorvetes, pipocas e salgadinhos em geral	1%	20%	50%
III - Artigos não especificados nesta tabela	5%	50%	100%

continuação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

043

Lei Municipal nº.920 - de 20 de dezembro de 1973 - continuação ...

TABELA II - TAXAS DE LICENÇA

D I S C R I M I N A Ç Ã O	ALÍQUOTA SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO.
E - LICENÇA PARA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES (Título VII - Capítulo II - Seção VI).	
I- Aprovação de projetos de edificações ou de instalações particulares	10%
II- Concessão de licença para edificação:-	
a- construção de prédios ou dependências de qualquer natureza, por metro quadrado de piso coberto	0,2%
b- outras obras: por m2. ou linear conforme o caso	0,5%
F - LICENÇA PARA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE URBANIZAÇÃO EM TERREÑOS PARTICULARES (Título VII - Capítulo II - Seção VII).	
I- Aprovação do plano de urbanização	200%
II- Concessão de licença para execução de urbanização: por metro quadrado, excetuadas as áreas destinadas a espaços verdes, vias e edificações públicas	0,01%
G - LICENÇA PARA PUBLICIDADE (Título VII - Capítulo II - Seção VIII).	
I- Anúncios e letreiros permanentes: por metro quadrado ou fração, por ano	1%
II- Prospectos, programas de estabelecimentos de diversões, folhetos e volantes, distribuídos de mão em mão, no estabelecimento ou a domicílio, por milheiro ou fração	3%
III- Propaganda:	
a- por meio de alto-falantes, por mes	10%
b- oral ou por meio de instrumentos musicais, por mês	5%
H - LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS (Título VII - Capítulo II - Seção IX).	
I- Espaço ocupado por balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes, nas feiras, vias e logradouros públicos, ou como depósito de materiais ou estacionamento privativo de veículos, em locais designados pela Prefeitura, - por prazo e a critério desta:-	
a- por dia e por metro quadrado	0,05%
b- por mês e por metro quadrado	0,5%
c- por ano e por metro quadrado	5%
II- Espaço ocupado por circos, parques de diversões: por semana e por metro quadrado	0,1%
I - ABATE DE GADO NO MATADOURO MUNICIPAL	
a- Gado bovino ou vacum: por cabeça	3%
b- Animal de outras espécies: por cabeça	2%

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

049

Lei Municipal nº.920 - de 20 de dezembro de 1973 - continuação

TABELA III - LANÇAMENTO E COBRANÇA DAS TAXAS DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS

E S P E C I F I C A Ç Ã O	ALÍQUOTA SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO OU CONFORME INDICADO
A - TAXA DE EXPEDIENTE	
1- Alvarás	2%
2- Atestados	
a- por lauda até 33 linhas	3%
b- sobre o que exceder, por lauda ou fração ..	1,5%
3- Baixa de qualquer natureza, em lançamentos ou - registros	1%
4- Certidões	
a- por lauda até 33 linhas	3%
b- sobre o que exceder, por lauda ou fração ...	1,5%
c- busca, por ano, além das taxas das alíneas - "a" e "b"	1,5%
d- de quitação	3%
e- de vistoria:-	
e.1- por lauda até 33 linhas	10%
e.2- sobre o que exceder, por lauda ou fra- ção	3%
5- Petições, requerimentos, recúrsos ou memoriais - dirigidos aos órgãos ou autoridades municipais	
a- por lauda até 33 linhas	1%
b- cada documento anexado, por folha	0,5%
6- Concessões - ato do Prefeito concedendo:	
a- privilégio individual ou a empresa: sobre o - valor efetivo ou arbitrado	0,1%
b- permissão para exploração, a título precário, de serviço ou atividade	5%
7- Contratos com o Município: sobre o valor do con- trato	0,1%
8- Prorrogação de prazo de contrato com o Municí- pio	5%
9- Termos e registros de qualquer natureza, lavra- dos em livros municipais: por página de livro - ou fração	1%
10- Títulos de perpétuidades de sepultura, jazigo, - carneiro, mausoléu ou ossário	1%
11- Transferência, cancelamento ou alterações di- versas:	
a- de contrato de qualquer natureza, além do - termo respectivo	5%
b- de local, de firma ou ramo de negócio	5%
c- de privilégio de qualquer natureza: sobre o - valor efetivo ou arbitrado	1%
d- outras transferências, cancelamentos ou alte- rações	5%

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

055

Lei Municipal nº.920 - de 20 de dezembro de 1973 - continuação

TABELA III - LANÇAMENTO E COBRANÇA DAS TAXAS DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS

E S P E C I F I C A Ç Ã O	ALÍQUOTA SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO OU CONFORME INDICADO
B - TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS	
1- Vistorias técnicas, quando requeridas	50%
2- Numeração de prédios; por emplacamento	1%
<u>NOTA:-</u> Além da taxa será cobrado o preço de custo da placa fornecida.	
3- Apreensão ou arrecadação de bens abandonados - nas vias e logradouros públicos; por unidade ..	1%
4- Limpeza de terreno até 400 m ²	10%
5- Remoção de entulhos:	5%
6- Vacinação de animais	10%
7- Matrícula - cólera	10%
8- Aluguel de Máquinas e Veículos:	
a- Motoniveladora; por hora:	
Condição "A"	12%
Condição "B"	8%
b- Trator de Rodas Pneumáticas-Escavo-Carregador:-	
Condição "A", por hora	10%
Condição "B", por hora	6%
c- Trator de Esteira:	
Condição "A", por hora	8%
Condição "B", por hora	6%
d- Rôlo Compressor	
Condição "A", por hora	6%
Condição "B", por hora	5%
e- Caminhões com carroceria de madeira e basculante:	
Condição "A", por hora	5%
Condição "B", por hora	4%
f- Caminhão equipado com irrigadeira e moto-bomba; por hora:	
Condição "A"	6%
Condição "B"	4%
g- Outros Veículos; por hora:	
Condição "A"	3%
Condição "B"	2%

NOTA

CONDIÇÕES DE CESSÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS:

CONDIÇÃO "A" - Aluguel de Máquinas, de Veículos, correndo todas as despesas por conta da Prefeitura.

CONDIÇÃO "B" - Aluguel de Máquinas e Veículos - correndo todas as despesas de abastecimento e mão de obra, remuneração de motorista e operadores e encargos sociais), por conta do locatário.

9- Fotocópias para qualquer finalidade, incluso o material, por unidade 0,5%

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones: 19 e 57 - CEP 13.490

ESTADO DE SÃO PAULO

061

Lei Municipal nº.920 - de 20 de dezembro de 1973 - continuação

TABELA III - LANÇAMENTO E COBRANÇA DAS TAXAS DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS

ESPECIFICAÇÃO	ALÍQUOTA SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO OU CONFORME INDICADO
10- Armazenagem em Próprios Municipais; por dia ou fração:	
a- de veículos; por unidade	2%
b- de animal cavalari, muar ou bovino, e outros animais; por cabeça	2%
c- mercadorias ou objetos de qualquer espécie; por quilo	0,1%
NOTA:- Além das taxas acima serão cobradas as despesas com alimentação e tratamento dos animais, bem como, os de transporte até o depósito.	
11- Alinhamento; por metro linear	0,3%
12- Nivelamento; por metro linear	0,5%
13- Taxas de Cemitérios:-	
I- Inumação em sepultura rasa	
a- de adulto, por anos	5%
b- de menor, por 5 anos	3%
II- Inumação em carneiro:	
a- de adulto, por 5 anos	10%
b- de menor, por 5 anos	6%
III- Prorrogação do prazo de sepultura ou carneiro; cada 5 anos	10%
IV- Perpetuidade	
a- de sepultura rasa; por metro quadrado	5%
b- de carneiro; por metro quadrado	8%
c- jazigo (carneiro duplo, geminado); - por m2.	10%
V- Exumações:-	
a- antes de vencido e prazo regulamentar de decomposição	20%
b- após vencido o prazo regulamentar de decomposição	5%
VI- Abertura de sepultura, carneiro, jazigo ou mausoléu perpétuo, para nova inumação	10%
VII- Entrada e retirada de ossada no cemitério	5%
VIII- Remoção de ossada no interior do cemitério	3%
IX- Permissão para construção de carneiro, colocação de inscrição, e execução de obras de embelezamento, túmulo e capelas:-	
a- com material comum	5%
b- com granito ou mármore	10%
X- Construção de Muretas:	
a- Quando executada pela Prefeitura, com 5 fiadas de tijolos, inclusive alicerce e um pilar para cruz. Custos dos Materiais e Mão de Obra	-
b- Quando executada por particular; permissão	1%